

## ATA NÚMERO 96/XIII (3.ª)

A 25 de outubro de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### I PARTE

Audição, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e BE, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, sobre o clima que se vive no futebol profissional português

- Fernando Gomes, Presidente da Federação Portuguesa de Futebol
- Tiago Craveiro, Diretor Geral da Federação Portuguesa de Futebol
- Rui Marote, Representante das Associações Distritais Regionais de Futebol
- Luciano Gonçalves, Presidente da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol
- Joaquim Evangelista, Presidente do do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol
- António Aparício, Vice-Presidente da Associação Nacional de Treinadores de Futebol
- Luis Sobral, Diretor-Coordenador Pessoas e Media
- Rute Soares, Gestora Jurídica
- Francisco Abreu, Assessor de Imprensa

1. Informações;
2. Aprovação da ata da reunião de 17 de outubro de 2017;
3. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 99/XIII \(3.ª\)](#) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018:
  - Relator: Deputado Jorge Campos (BE)
4. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 100/XIII \(3.ª\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2018:
  - Relatora: Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP)
5. Distribuição da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Um sistema fiscal equitativo e eficaz na União Europeia para o Mercado Único Digital – [COM \(2017\) 547](#):

Relator(a): a indicar pelo PS

Data de apreciação do relatório: sem prazo

6. Distribuição da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia – [COM \(2017\) 495](#):

Relator(a): a indicar pelo BE

Data de apreciação do relatório: 29 de novembro de 2017

## 7. Outros assuntos.

### II PARTE

Audiência da CNAPEF (Conselho Nacional de Associações de Professores e Profissionais de Educação Física) e da SPEF (Sociedade Portuguesa de Educação Física), para apresentação das conclusões da Jornada de Reflexão Perspetivas Futuras para o Desporto Escolar (14h30), incluindo:

- Avelino Azevedo, Presidente da Direção da CNAPEF
- Nuno Fialho, Vice-Presidente da CNAPEF
- Nuno Ferro, Presidente da Direção da SPEF
- Fernanda Santinha, assessora da SPEF

Audiência da Comissão Organizadora do Fórum do Património 2017, para apresentação da Declaração Final do Fórum do Património 2017 – *Unir as ONG em defesa da Nossa Herança Comum* (15h15), incluindo:

- Vítor Córias (Coordenador do Fórum do Património 2017) – Gecorpa, Grémio do Património
- Fernando Silva Grade e Miguel Sepúlveda Velloso - Fórum Cidadania LX
- Eduardo Tavares e Gustavo Pimentel – AEDPHCS, Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém
- Soraya Genin – ICOMOS Portugal, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- Francisco Sousa Lobo – APAC, Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos

Audiência da Plataforma Cultura em Luta, sobre os meios orçamentais necessários ao efetivo resgate da pujança e da liberdade cultural no nosso país (16h00), incluindo:

- Alexandra Lourenço - BAD, Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas
- Artur Sequeira - FNSTFPS, Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
- Pedro Penilo - MdC, Manifesto em Defesa da Cultura
- Jacinta Bugalhão – STARQ, Sindicato dos Trabalhadores da Arqueologia

---

### I PARTE

Audição, na sequência dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e BE, do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Fernando Gomes, sobre o clima que se vive no futebol profissional português

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, começou por cumprimentar e dar as boas

vindas ao Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), Dr. Fernando Gomes, ao Diretor Geral, Tiago Craveiro, aos Representantes das Associações Distritais Regionais de Futebol (ADRs), Rui Marote, ao Presidente da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol (APAF), Luciano Gonçalves, ao Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF), Joaquim Evangelista, ao Vice-Presidente da Associação Nacional de Treinadores de Futebol (ANTF), António Aparício, ao Diretor-Coordenador de Pessoas e Media, Luis Sobral, à Gestora Jurídica, Rute Soares e ao Assessor de Imprensa, Francisco Abreu.

A Senhora Presidente da Comissão deu conhecimento que o tema da audição é o clima que se vive no futebol profissional português e que foi por iniciativa dos Grupos Parlamentares do PSD, PS e BE que foi requerida a audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF). De seguida, a Senhora Presidente da Comissão leu os requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS e BE para a audição do Presidente da FPF. Por último, a Senhora Presidente da Comissão explicitou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos especial para a audição.

O Presidente da FPF, Fernando Gomes, fez uma intervenção inicial que pode ser consultada [aqui](#) e uma apresentação que pode ser consultada [aqui](#) e [aqui](#).

De seguida, intervieram os Senhores Deputados Emídio Guerreiro (PSD), João Torres (PS), Luís Monteiro (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram algumas questões.

Em resposta, após cada uma das intervenções, o Senhor Presidente da FPF, Fernando Gomes, referiu, nomeadamente o seguinte:

- No que concerne à Lei da Violência, mencionou que a FPF teve reuniões com a Secretaria de Estado do Desporto sobre este tema, o que levou a FPF a elaborar um trabalho sobre a violência no desporto, com algumas medidas que preconizam em termos de alteração da supra mencionada. A FPF considera que existe um conjunto de medidas que têm que ser revistas no sentido de tornar a Lei da Violência efetiva. De facto, os exemplos respeitantes às interdições que existem durante uma época desportiva (cerca de 84 judiciais e 4 administrativas) parecem muito pouco significativos relativamente à aplicação desta lei. A FPF está preparada para apresentar um conjunto de propostas de alteração da Lei da Violência;
- No quadro legislativo vigente, a FPF por lei tem que delegar determinado tipo de competências na Liga, a FPF não tem qualquer tipo de capacidade de intervenção ao nível, por exemplo, dos regulamentos disciplinares e dos regulamentos de arbitragem, com exceção da ratificação ou não desses regulamentos aprovados na Liga;
- A necessidade de criar uma entidade independente para acompanhar de uma forma isenta e totalmente equidistante o tema dos jogos combinados;
- Os grupos organizados de adeptos devem ser legalizados. Se uma claque tem onze membros registados isso não é uma claque devidamente organizada e registada. No que tange à questão da necessidade de rever, de analisar e de efetivamente implementar aquilo que está regulamentado através da legislação existente, o Presidente da FPF considera que os regulamentos existentes dão um

maior espaço de intervenção relativamente a estas questões. Assim, aquilo que realmente há necessidade é de uma aplicação efetiva daquilo que está regulamentado aos níveis policial, judicial e administrativo;

- Destarte, o Presidente da FPF considera que é possível, face à atual Lei da Violência, projetar algumas alterações. O Presidente da FPF entende que é exequível fazer alguma coisa de positivo relativamente a esta matéria, não é possível que em Portugal as interdições durante uma época desportiva sejam apenas 88, quando em Inglaterra, por exemplo, são determinadas 2150 interdições. A lei existe o que todos têm de fazer é um esforço, eventualmente há algumas particularidades que merecem ser analisadas e corrigidas, mas acima de tudo o que há que pugnar é por uma efetiva eficácia e aplicação da lei;
- Relativamente à questão da corrupção, recentemente a Assembleia da República aprovou a Lei da Transparência que está relacionada com a necessidade de conhecer os verdadeiros donos dos clubes. A Lei da Corrupção Desportiva tem muito a ver também com esta necessidade da Lei da Transparência, no sentido de sabermos exatamente quem são os detentores dos clubes, porque eventualmente esses detentores podem estar associados a casos de apostas que são potenciais influenciadores de jogos combinados.

A documentação da audição, que inclui a gravação áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página da internet da Comissão](#).

#### 1. Informações:

##### 1.1. Calendário das audições regimentais

A Senhora Presidente informou que na reunião de 3 de outubro de 2017 a Comissão aprovou o seguinte calendário para as audições regimentais:

#### Ministro da Cultura

- 1.<sup>a</sup> Audição: Orçamento do Estado para 2018 - 8 de novembro de 2017, às 15 horas
- 2.<sup>a</sup> Audição: 1.<sup>a</sup> quinzena de janeiro – 9 de janeiro de 2018, às 15 horas
- 3.<sup>a</sup> Audição: 1.<sup>a</sup> quinzena de março de 2018 – 6 de março de 2018, às 15 horas
- 4.<sup>a</sup> Audição: 1.<sup>a</sup> quinzena de junho de 2018 – 5 de junho de 2018, às 15 horas

#### Ministro da Educação / Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

- 1.<sup>a</sup> Audição: Orçamento do Estado para 2018 - 15 de novembro 2017, às 10 horas
- 2.<sup>a</sup> Audição: 2.<sup>a</sup> quinzena de janeiro de 2018 – 16 de janeiro de 2018, às 15 horas
- 3.<sup>a</sup> Audição: 2.<sup>a</sup> quinzena de março de 2018 – 20 de março de 2018, às 15 horas
- 4.<sup>a</sup> Audição: 2.<sup>a</sup> quinzena de junho de 2018 - 19 de junho de 2018, às 15 horas

Em resposta, o Governo informa propor as seguintes datas:

#### Ministro da Cultura

- 1.<sup>a</sup> Audição: Orçamento do Estado para 2018 - 8 de novembro de 2017, às 15 horas
- 2.<sup>a</sup> Audição: 5 de dezembro de 2017
- 3.<sup>a</sup> Audição: 3 de abril de 2018
- 4.<sup>a</sup> Audição: 5 de junho de 2018

**Ministro da Educação / Secretário de Estado da Juventude e do Desporto**

**1.ª Audição:** Orçamento do Estado para 2018 - 15 de novembro 2017, às 10 horas

**2.ª Audição:** 2.ª semana de janeiro de 2018

**3.ª Audição:** 1.ª semana de março de 2018

**4.ª Audição:** 3.ª semana de junho de 2018

A Comissão concordou com a data da primeira audição do Ministro da Cultura proposta pelo Governo, a realizar a 8 de novembro de 2017, às 15 horas, assim como com a data da primeira audição do Ministro da Educação / Secretário de Estado da Juventude e do Desporto proposta pelo Governo a realizar a 15 de novembro 2017, às 10 horas. No que respeita às demais datas propostas pelo Governo, a Comissão deliberou decidir em momento ulterior sobre essa matéria.

1.2. A Senhora Presidente da Comissão disse que a Fundação da Gestão dos Direitos dos Artistas remeteu à Comissão a publicação da edição final do Relatório de Atividades e Contas de 2016 da Fundação GDA. O relatório encontra-se disponível para consulta pelos Senhores Deputados na Comissão.

1.3. A Senhora Presidente transmitiu o pedido de entrevista de Elisabeth Schrödter que está a fazer uma viagem de estudo. O tema da sua viagem de estudo é "*A Auto compreensão cultural e política dos jovens portugueses e sua importância para a Europa moderna*". O seu principal objetivo é coligir mais informação mais sobre a situação em Portugal. Pelo que, solicita uma entrevista de cerca de meia hora a um Senhor Deputado até ao final do mês de outubro. A Senhora Presidente da Comissão solicitou que um Senhor Deputado se voluntarie para esta entrevista em nome da Comissão.

2. Aprovação da ata da reunião de 17 de outubro de 2017;

A ata da reunião de 17 de outubro de 2017 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

3. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 99/XIII \(3.ª\)](#) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018:

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) fez a apresentação do parecer da proposta de lei n.º 99/XIII (3.ª) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018, que uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

4. Apreciação e votação do parecer da [proposta de lei n.º 100/XIII \(3.ª\)](#) — Aprova o Orçamento do Estado para 2018:

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) fez a apresentação do parecer da proposta de lei n.º 100/XIII (3.ª) — Aprova o Orçamento do Estado para 2018, que uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

5. Distribuição da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Um sistema fiscal equitativo e eficaz na União Europeia para o Mercado Único Digital – [COM \(2017\) 547](#):

A Comissão deliberou efetuar o escrutínio desta iniciativa tendo sido indicada como relatora a Senhora Deputada Carla Sousa (PS).

6. Distribuição da proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um quadro para o livre fluxo de dados não pessoais na União Europeia – [COM \(2017\) 495](#):

A Comissão deliberou efetuar o escrutínio desta iniciativa tendo sido indicada como relator o Senhor Deputado Jorge Campos (BE).

7. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

## II PARTE

Audiência da CNAPEF (Conselho Nacional de Associações de Professores e Profissionais de Educação Física) e da SPEF (Sociedade Portuguesa de Educação Física), para apresentação das conclusões da Jornada de Reflexão Perspetivas Futuras para o Desporto Escolar

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Presidente da Direção da CNAPEF, Avelino Azevedo, ao Vice-Presidente da CNAPEF, Nuno Fialho, ao Presidente da Direção da SPEF, Nuno Ferro e à assessora da SPEF, Fernanda Santinha, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Os representantes da CNAPEF e da SPEF, fizeram uma intervenção inicial, respeitante às conclusões da Jornada de Reflexão Perspetivas Futuras para o Desporto Escolar, cujo documento pode ser consultado [aqui](#).

De seguida intervieram os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Hugo Carvalho (PS), Luís Monteiro (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram algumas questões.

Em resposta, os representantes da CNAPEF e da SPEF, mencionaram, designadamente o seguinte:

- No que concerne à nota de educação física, referiram que o facto de não haver classificação em educação física é uma demonstração da pouca importância dada a esta área. A expectativa dos representantes da CNAPEF e da SPEF é que essa situação seja ponderada e revertida com a brevidade possível;
- No que tange à questão de ocorrer discriminação em função das zonas do país, mencionaram que o desporto escolar sofre tanto como outras áreas da sociedade civil sofrerão por aquilo que são as diferenças sociais que existem nas diferentes

regiões do país. No entanto, a autonomia é um processo essencial da diferenciação e da qualidade;

- Em Portugal apenas 7% da população ativa pratica desporto;
- Informaram que Portugal é o país em que a prevalência da atividade física ainda é baixa, o que é um problema sistémico que começa na escola. Com efeito, os bons projetos de educação, uma educação física forte, um desporto escolar bem sustentado com meios é a melhor maneira para educar os futuros homens e mulheres a serem mais ativos;
- Salientaram que o problema das instalações é um problema essencial. Atualmente ainda há escolas que não têm as condições necessárias para a educação física e para o desporto escolar.

A documentação da audiência, que inclui a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da internet da Comissão](#).

Audiência da Comissão Organizadora do Fórum do Património 2017, para apresentação da Declaração Final do Fórum do Património 2017 – *Unir as ONG em defesa da Nossa Herança Comum*

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Coordenador do Fórum do Património 2017 e representante da Gecorpa, Grémio do Património, Vítor Córias, aos representantes do Fórum Cidadania LX, Fernando Silva Grade e Miguel Sepúlveda Velloso, aos representantes da AEDPHCS - Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém, Eduardo Tavares e Gustavo Pimentel, à representante do ICOMOS Portugal, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Soraya Genin, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Os representantes do Fórum do Património 2017, fizeram uma intervenção inicial, respeitante à Declaração Final do Fórum do Património 2017, Unir as ONG em defesa da Nossa Herança Comum, cujo documento pode ser consultado [aqui](#).

De seguida intervieram os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram algumas questões.

Em resposta, os representantes do Fórum do Património 2017, mencionaram, mormente o seguinte:

- No que respeita à divulgação do Fórum do Património 2017, mencionaram que essa informação está disponível no *site* do Fórum do Património e no site do Gecorpa está disponível a revista Pedra e Cal n.º 62 que é totalmente dedicada à divulgação dos conteúdos do Fórum do Património;
- No que tange ao papel das universidades, há uma articulação muito grande entre as associações e as universidades;

- No que concerne à valorização do património abandonado, os representantes da Fórum do Património 2017 consideram que não se pode contar apenas com os meios do Orçamento Geral do Estado. Destarte, tem que haver um recurso à iniciativa privada. Acresce que, o Estado tem de assumir o seu papel fiscalizador com elevado rigor para assegurar que aquilo que está determinado na legislação respeitante ao património seja efetivamente cumprido.

A documentação da audiência, que inclui a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da internet da Comissão](#).

Audiência da Plataforma Cultura em Luta, sobre os meios orçamentais necessários ao efetivo resgate da pujança e da liberdade cultural no nosso país

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, começou por cumprimentar e dar as boas vindas à representante da BAD, Associação Profissional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Alexandra Lourenço, ao representante da FNSTFPS, Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, Artur Sequeira, ao representante do MdC, Manifesto em Defesa da Cultura, Pedro Penilo e à representante da STARQ, Sindicato dos Trabalhadores da Arqueologia, Jacinta Bugalhão, explicando de seguida a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

Os representantes da Plataforma Cultura em Luta fizeram uma intervenção inicial sobre o Orçamento do Estado 2018 e a política cultural do Governo PS, cujo documento pode ser consultado [aqui](#).

De seguida intervieram os Senhores Deputados Susana Lamas (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), que colocaram algumas questões.

Em resposta, os representantes da Plataforma Cultura em Luta, mencionaram, designadamente o seguinte:

- A grande opacidade de informação não apenas quanto ao Orçamento Geral do Estado, mas também em relação às questões de execução orçamental. De facto, desde 2012, não existe praticamente forma de aferir estatisticamente a evolução da execução, das questões do financiamento da cultura e dos números da atividade cultural;
- A centralidade da questão do financiamento, a maior parte dos problemas que assistem à criação artística em Portugal não tem solução se o financiamento não estiver à altura dessas necessidades;
- A Plataforma Cultura em Luta reafirmou a sua exigência de uma nova política cultural, assente num esforço determinado de democratização da cultura e de construção de um verdadeiro serviço público de cultura, no estrito cumprimento da Constituição da República Portuguesa;
- Mencionaram a exigência do combate à degradação do trabalho na cultura, investindo no emprego estável e com direitos e no combate sustentado à precariedade, apoiando as estruturas na prossecução desse objetivo;

- Salientaram a exigência de combate ao trabalho não remunerado, que alastra, rouba emprego, degrada o tecido social, afeta a sustentabilidade e o futuro da atividade cultural. Para tal, devem ser definidos com clareza e rigor os limites do trabalho voluntário;
- Reafirmaram a exigência de elevação imediata do financiamento da cultura para um patamar que o aproxime a passos firmes de 1% do Orçamento Geral do Estado até ao final da Legislatura, com vista a alcançar gradualmente 1% do PIB para a cultura – e que esse caminho possa ser iniciado na discussão da especialidade do Orçamento Geral do Estado.

A documentação da audiência, que inclui a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da internet da Comissão](#).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 17.35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2017

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(EDITE ESTRELA)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de      de novembro de 2017.



### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Diana Ferreira  
Diogo Leão  
Edite Estrela  
Firmino Pereira  
Helga Correia  
Hugo Carvalho  
Ivan Gonçalves  
João Azevedo Castro  
João Pinho de Almeida  
João Torres  
Joel Sá  
Jorge Campos  
Luís Monteiro  
Norberto Patinho  
Pedro do Ó Ramos  
Pedro Pimpão  
Susana Lamas  
Teresa Caeiro  
Ana Mesquita  
Emídio Guerreiro  
Maria Augusta Santos  
Palmira Maciel  
Vânia Dias da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes  
Pedro Delgado Alves  
Sara Madruga da Costa